

S.R. DA ECONOMIA
Portaria n.º 56/2007 de 14 de Agosto de 2007

O Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro e que revoga o Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de Novembro, no n.º 1 do artigo 20.º proíbe expressamente a aterragem e descolagem de aeronaves civis, a partir de 17 de Julho de 2007, entre as 0 e as 6 horas, nos aeroportos e aeródromos não abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 293/2003, de 19 de Novembro;

No entanto, o Regulamento Geral do Ruído, o n.º 2 do artigo 20.º permite que sejam efectuadas aterragens e descolagens de aeronaves civis naquele período, nos aeroportos e aeródromos que disponham de um sistema de monitorização e simulação do ruído;

Tendo em conta que, estão reunidos os requisitos que permitem autorizar o tráfego nocturno naqueles aeroportos e que de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 9/2007, de 14 de Novembro são competentes para autorizar o tráfego nocturno nos referidos aeroportos da Região Autónoma dos Açores, os membros do Governo Regional que tutelam os sectores dos transportes e do Ambiente, conjuntamente, por portaria;

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 6º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, e nos n.º 2 e 3 do artigo 20.º do Regulamento Geral do Ruído anexo a este diploma, manda o Governo Regional dos Açores, pelos Secretários Regionais da Economia e do Ambiente e do Mar, o seguinte:

1.º

Objecto e âmbito de aplicação

A presente portaria introduz restrições relacionadas com o ruído, às operações efectuadas por aeronaves civis nos aeroportos João Paulo II, em São Miguel, das Lajes, na Terceira, de Santa Maria, da Horta e do Pico.

2.º

Restrições de operação

1.No período entre as 00 e as 6 horas o número de movimentos aéreos de voos comerciais, para cada um dos aeroportos referidos no n.º 1 da presente portaria não poderá exceder os 30 movimentos por semana, com um máximo de 6 movimentos diários;

2.A autorização de movimentos aéreos entre as 00 e as 06 está igualmente condicionada aos níveis de ruído das aeronaves utilizadas, as quais devem observar os seguintes requisitos:

- a)As aeronaves classificadas nos níveis 4, 8 e 16 não podem ser programadas para o período compreendido entre as 02 e as 05 horas;
- b)As aeronaves classificadas com os níveis 0, 0,5, 1 e 2 não estão sujeitas a restrições;
- c)No aeroporto de Santa Maria as aeronaves classificadas com os níveis 0 a nível 4 não estão sujeitas as restrições.

3.Para efeitos do disposto no número anterior:

a)As aeronaves são classificadas quanto às emissões sonoras estabelecidas de acordo com a ICAO, nos seguintes níveis:

Nível 0 – inferior a 87 EPNdB;

Nível 0,5 – 87 a 89,9 EPNdB;

Nível 1 – 90 a 92,9 EPNdB

Nível 2 – 93 a 95,9 EPNdB

Nível 4 – 96 a 98, 9 EPNdB

Nível 8 – 99 a 101,9 EPNdB

Nível 16 – superior a 101, 9 EPNdB

b)O nível de classificação sonora de uma aeronave à aterragem ou à descolagem é dado pelos valores indicados no certificado de ruído do fabricante, considerando os pontos de referência especificados nas normas técnicas aplicáveis para a aproximação à aterragem para o sobrevoo à descolagem e lateral, com potência máxima.

4.As aeronaves classificadas segundo o critério descrito no n.º 3, que sejam autorizadas a aterrar entre as 00 e as 06 horas, estão proibidas de proceder, logo após a aterragem, à inversão de potência (*reverse thrust*), desde que reunidas as condições de segurança de operação.

3.º

Força Maior

1.As restrições de operação contidas no presente diploma não se aplicam em casos de força maior, nomeadamente:

a)Aeronaves que efectuem missões de carácter humanitário, de emergência médica ou evacuações;

b)Aeronaves que se encontrem em situações urgentes, tendo em conta razões meteorológicas, de falha técnica ou de segurança de voo;

c)Movimentos aéreos prévia e excepcionalmente aprovados pelo Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC), tendo em conta razões de reconhecido interesse público, mediante parecer prévio, de carácter vinculativo, da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, a autorizar, a título temporário, a realização de operações que, em regra, sejam objecto de restrição;

d)Movimentos aéreos relativamente aos quais tenha existido uma alteração horária imprevista provocada por uma anormal perturbação no controlo do tráfego aéreo;

e)Movimentos realizados até à 01 hora em voos programados para períodos até às 00 horas, devido a atrasos não imputáveis à entidade gestora aeroportuária ou ao operador;

h)Movimentos aéreos de e para Portugal Continental, de e para os aeroportos a que se refere o n.º 1.º da presente portaria e de e para qualquer dos outros aeroportos da Região Autónoma dos Açores e da Região Autónoma da Madeira, devido a razões meteorológicas;

g)Aterragens efectuadas durante o período compreendido entre as 05 e as 06 horas, devido a razões meteorológicas, desde que o horário de chegada tenha sido programado para depois das 06 horas.

2.As operações realizadas pelos motivos indicados no número anterior não serão contabilizadas para aplicação do n.º 1 do artigo 2.º do presente diploma.

4.º

Fiscalização

As entidades gestoras dos aeroportos a que se refere o n.º 1.º da presente Portaria devem apresentar à Secretaria Regional do Ambiente e do Mar e ao Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC), no final de cada estação IATA, relatórios de monitorização do ruído que evidenciem os resultados do controlo da execução dos planos de acção fixados para cada um desses aeroportos.

5.º

Entrada em vigor

A presente Portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Secretarias Regionais da Economia e do Ambiente e do Mar.

Assinada em 25 de Julho de 2007

O Secretário Regional da Economia, *Duarte José Botelho da Ponte*. - A Secretária Regional do Ambiente e do Mar, *Ana Paula Pereira Marques*.